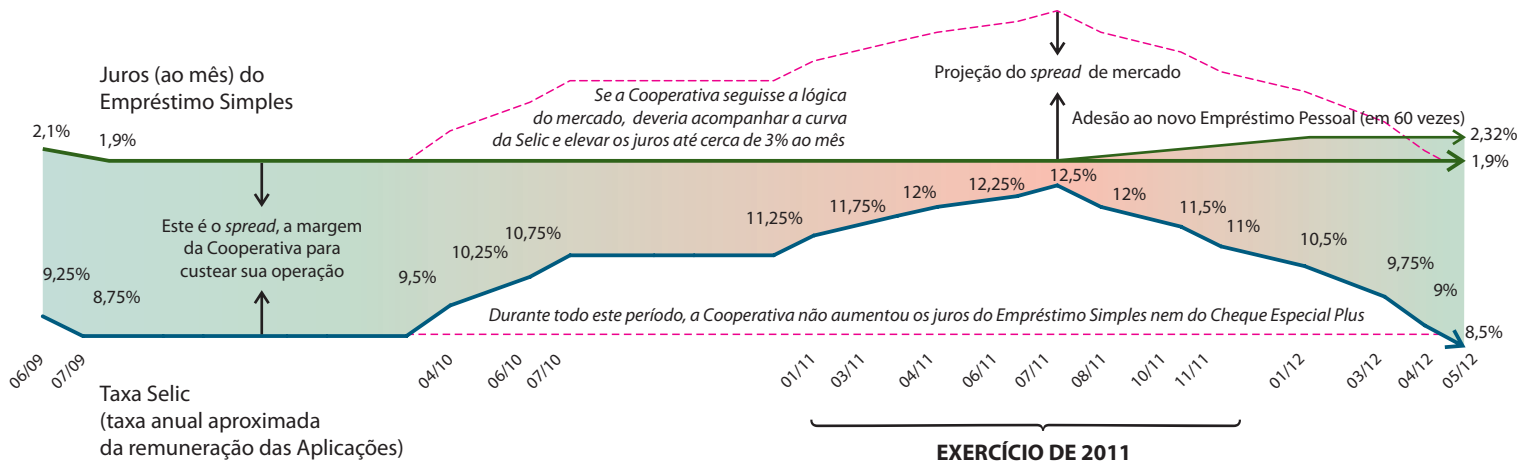


RELATÓRIO DE 2011: CRESCIMENTO DA INSTITUIÇÃO, COM MENOR ÔNUS PARA O ASSOCIADO

CENÁRIO

Ao longo de dois anos, as taxas de juros da economia subiram em quase 4%, mas o Sicoob Crecemef não mexeu nos juros dos empréstimos. Para compensar o *spread* menor, incrementou produtos como o financiamento de veículos e criou novos empréstimos, com prazos mais longos.



RESULTADOS DE 2012

Como consequência da contenção dos juros cobrados nos empréstimos (e *spread* menor), as Sobras também foram menores que nos anos anteriores.

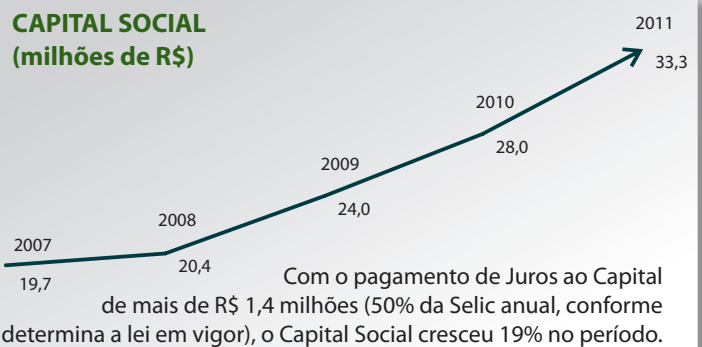
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA

R\$ 1.038.636,92

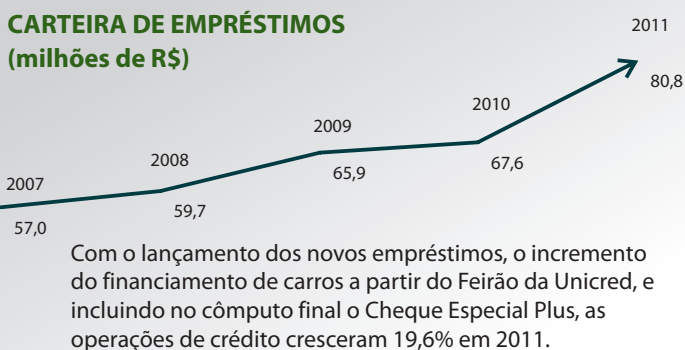
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (milhões de R\$)



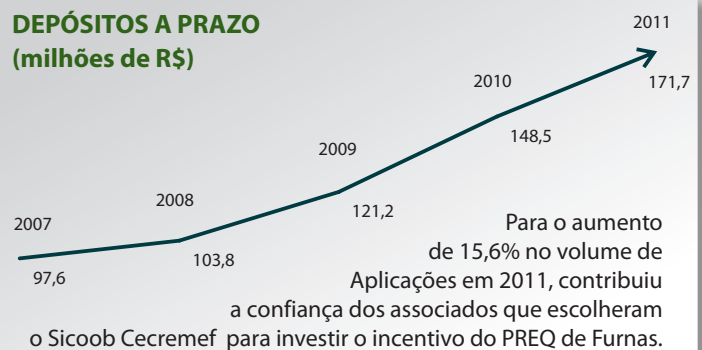
CAPITAL SOCIAL (milhões de R\$)



CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS (milhões de R\$)



DEPÓSITOS A PRAZO (milhões de R\$)



COMPROMISSO COM O BEM-ESTAR DO ASSOCIADO

Considerando que, em 2011, a Cooperativa administrou ativos de mais de R\$ 200 milhões (capital próprio e de terceiros), e emprestou mais de R\$ 80 milhões, a Sobra de apenas R\$ 1 milhão demonstra o quanto a en-

tidade buscou poupar os associados tomadores de empréstimos e em remunerar o melhor possível os aplicadores. O crescimento do Sicoob Crecemef neste exercício não trouxe ônus perceptível para associado.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVO		
CIRCULANTE	164.159.502,88	148.492.356,73
DISPONIBILIDADES	418.560,40	449.246,96
DISPONIBILIDADES	418.560,40	449.246,96
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	103.190.429,07	100.953.367,76
APLIC.EM DEPÓSITOS INTERFINANC.	103.190.429,07	100.953.367,76
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	32.444.677,04	21.747.388,68
CARTEIRA PRÓPRIA	32.444.677,04	21.747.388,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26.847.860,94	25.111.942,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	27.147.311,96	25.589.758,57
(PROV.P/OPER.CRÉD.LIQ.DUVID.)	(299.451,02)	(477.815,82)
OUTROS CRÉDITOS	1.222.530,39	182.161,16
RENDAS A RECEBER	2.667,17	1.087,18
DIVERSOS	1.219.863,22	181.073,98
OUTROS VALORES E BENS	35.445,04	48.249,42
OUTROS VALORES E BENS	8.832,50	8.164,15
DESPESAS ANTECIPADAS	26.612,54	40.085,27
NÃO CIRCULANTE	55.336.796,13	43.044.559,50
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	53.147.831,15	41.271.408,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	53.660.897,98	41.976.352,69
(PROV.P/OPER.CRÉD.LIQ.DUVID.)	(591.911,68)	(783.788,79)
DEVEDORES P/DEPÓSITOS EM GARANTIA	78.844,85	78.844,85
INVESTIMENTOS	333.333,00	-
OUTROS INVESTIMENTOS	333.333,00	-
IMOBILIZADO DE USO	1.525.931,65	1.417.262,73
REAVALIAÇÕES DE IMÓVEIS DE USO	940.000,00	940.000,00
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	1.395.558,37	1.201.433,54
(DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS)	(809.626,72)	(724.170,81)
DIFERIDO	156.563,41	197.559,51
GASTOS DE ORGANIZ.E EXPANSÃO	485.481,07	485.481,07
(AMORTIZAÇÃO ACUMULADA)	(328.917,66)	(287.921,56)
INTANGÍVEL	173.136,92	158.328,51
ATIVOS INTANGÍVEIS	674.816,91	606.626,48
(AMORTIZAÇÃO ACUMULADA)	(501.679,99)	(448.297,97)
TOTAL DO ATIVO:	219.496.299,01	191.536.916,23
PASSIVO		
CIRCULANTE	180.645.626,46	157.571.647,98
DEPÓSITOS	177.303.406,30	152.982.487,47
DEPÓSITOS À VISTA	5.580.816,26	4.441.399,87
DEPÓSITOS A PRAZO	171.722.590,04	148.530.131,99
OUTROS DEPOSITOS	-	10.955,61
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.342.220,16	4.589.160,51
COB.E ARRECAD.DE TRIB.E ASSEM.	8.550,64	5.062,77
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	940.182,88	2.629.711,31
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	537.940,05	247.082,01
DIVERSAS	1.855.546,59	1.707.304,42
NÃO CIRCULANTE	1.501.148,10	1.477.803,54
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.501.148,10	1.477.803,54
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.501.148,10	1.477.803,54
DIVERSAS (PROV. PASSIVOS CONTING.)	1.501.148,10	1.477.803,54
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.349.524,45	32.487.464,71
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.349.524,45	32.487.464,71
CAPITAL	33.267.381,38	27.967.500,37
DE DOMICILIADOS NO PAÍS	33.267.381,38	27.971.148,37
(CAPITAL A REALIZAR)	-	(3.648,00)
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	871.384,00	887.833,84
RESERVAS DE LUCROS	2.172.122,15	1.996.044,90
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.038.636,92	1.636.085,60
TOTAL DO PASSIVO:	219.496.299,01	191.536.916,23

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO

Em Reais

	DO 2º SEMESTRE	DO EXERCÍCIO	
	2011	2011	2010
10. RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.609.081,24	31.331.694,06	26.223.423,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.665.820,06	16.363.015,36	15.359.201,87
RESULT. OPER. C/TÍT. VAL. MOB.	7.943.261,18	14.968.678,70	10.864.222,06
15. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.300.423,88)	(17.313.328,27)	(12.667.471,85)
OPERAÇÕES CAPTAÇÃO NO MERCADO	(9.343.264,81)	(17.537.622,86)	(12.820.939,35)
PROV./REVERS. P/CRÉD. LIQUID. DUVIDOSA	42.840,93	224.294,59	153.467,50
20. RESULT. BRUTO INTERM. FINANC. (10-15)	7.308.657,36	14.018.365,79	13.555.952,08
50. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERAC.	(5.589.844,65)	(10.904.375,44)	(9.322.924,40)
RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	26.960,75	46.332,83	16.919,97
RECEITAS DE TARIFAS BANCÁRIAS	190.927,41	375.461,40	309.139,27
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	999,47	5.065,52	5.120,92
DESPESAS DE PESSOAL	(4.043.729,60)	(7.786.114,48)	(6.314.187,92)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRAT.	(1.232.248,09)	(2.463.449,35)	(2.615.717,53)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(21.151,97)	(46.391,48)	(40.040,25)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(511.602,62)	(1.035.279,88)	(684.158,86)
60. RESULTADO OPERACIONAL (20 + 50)	1.718.812,71	3.113.990,35	4.233.027,68
65. RESULTADO NÃO OPERACIONAL(828 E 830)	3.763,16	2.973,16	(273.964,15)
75. RESULT.ANT.TRIB.LUCRO E PART(60+65)	1.722.575,87	3.116.963,51	3.959.063,53
80. IMP.DE RENDA E CONTR.SOC.(890 E 891)	-	-	-
83. SOBRAS/PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.722.575,87	3.116.963,51	3.959.063,53
85. PARTICIP.ESTATUTÁRIAS(FATES/RL)	(692.392,44)	(692.392,44)	(1.085.348,87)
90. SOBRAS OU PERDAS LIQUIDAS (75-80-85)	1.030.183,43	2.424.571,07	2.873.714,66
92. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		1.402.432,25	1.253.916,30
QUANTIDADE DE QUOTAS DE CAPITAL		31.864.949,13	27.967.500,37
SOBRAS OU PERDAS POR COTA DE CAPITAL (R\$)		0,08	0,10

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA LEGAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	SALDO ATUAL
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31/12/2009	24.006.144,63	904.283,68	1.721.191,55	2.829.013,27	29.460.633,13
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAPITAL	3.011.394,79				3.011.394,79
OUTROS EVENTOS:					34.302,54
- Amortização das Perdas			3.516,13	30.949,01	34.465,14
- Realização da Reserva Reavaliação		(16.449,84)		16.449,84	-
- FATES Atos não-Cooperativos (Art. 87 Lei 5.764)				(162,60)	(162,60)
SOBRAS LÍQUIDA DO PERÍODO				2.705.147,23	2.705.147,23
DESTINAÇÕES:					(2.724.012,98)
- Reservas			271.337,22	(271.337,22)	-
- Outros (FATES)				(814.011,65)	(814.011,65)
- Outros (Associado)	949.960,95			(2.859.962,28)	(1.910.001,33)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2010	27.967.500,37	887.833,84	1.996.044,90	1.636.085,60	32.487.464,71
MUTAÇÕES DO PERÍODO	3.961.355,74	(16.449,84)	274.853,35	(1.192.927,67)	3.026.831,58

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA LEGAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	SALDO ATUAL
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31/12/2010	27.967.500,37	887.833,84	1.996.044,90	1.636.085,60	32.487.464,71
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAPITAL	5.299.881,01				5.299.881,01
OUTROS EVENTOS:					1.729,42
- Amortização das Perdas			1.681,16		1.681,16
- Realização da Reserva Reavaliação		(16.449,84)		16.449,84	-
- FATES -Atos não-Cooperativos (Art. 87 Lei 5.764)				48,26	48,26
SOBRAS LÍQUIDA DO PERÍODO				1.714.531,26	1.714.531,26
DESTINAÇÕES:					(2.154.081,95)
- Reservas			173.098,11	(173.098,11)	-
- Outros (FATES)				(519.294,33)	(519.294,33)
- Outros (Associado)			1.297,98	(1.636.085,60)	(1.634.787,62)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2011	33.267.381,38	871.384,00	2.172.122,15	1.038.636,92	37.349.524,45
MUTAÇÕES DO PERÍODO	5.299.881,01	(16.449,84)	176.077,25	(597.448,68)	4.862.059,74

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em Reais

	DO 2º SEMESTRE 2011	DO EXERCÍCIO 2011	2010
1 - RECEITAS	16.874.572,96	31.985.821,56	26.434.107,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.665.820,06	16.363.015,36	15.359.201,87
RESULT. OPER. C/TÍT. VAL. MOB.	7.943.261,18	14.968.678,70	10.864.222,06
PROV. P/CRÉD. LIQUID. DUVIDOSA	42.840,93	224.294,59	153.467,50
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	999,47	5.065,52	5.120,92
RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	217.888,16	421.794,23	326.059,24
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	3.763,16	2.973,16	(273.964,15)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(11.781.209,29)	(22.153.319,96)	(17.175.745,89)
CUSTO DE OPERAÇÕES CAPTAÇÃO NO MERCADO	(9.343.264,81)	(17.537.622,86)	(12.820.939,35)
ENERGIA	(8.684,24)	(22.578,13)	(17.145,45)
SERVIÇO DE TERCEIROS	(269.414,18)	(648.906,63)	(1.002.053,66)
SERVIÇOS DO SISTEMA FINANCEIRO	(312.708,62)	(595.658,94)	(508.500,11)
OUTROS	(1.847.137,44)	(3.348.553,40)	(2.827.107,32)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	5.093.363,67	9.832.501,60	9.258.361,55
4 - RETENÇÕES	(115.539,14)	(226.694,30)	(159.567,04)
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(115.539,14)	(226.694,30)	(159.567,04)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	4.977.824,53	9.605.807,30	9.098.794,51
6 - VLR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	4.977.824,53	9.605.807,30	9.098.794,51
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.977.824,53	9.605.807,30	9.098.794,51
DESPEAS DE PESSOAL E ENCARGOS	4.043.729,60	7.786.114,48	6.314.187,92
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	21.151,97	46.391,48	40.040,25
ALUGUÉIS	35.197,06	58.770,08	39.419,11
SOBRAS DO EXERCÍCIO	877.745,90	1.714.531,26	2.705.147,23
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	100,00%	100,00%	100,00%
DESPEAS DE PESSOAL E ENCARGOS	81,24%	81,06%	69,40%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,42%	0,48%	0,44%
ALUGUÉIS	0,71%	0,61%	0,43%
SOBRAS DO EXERCÍCIO	17,63%	17,85%	29,73%

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Em Reais

	DO 2º SEMESTRE 2011	DO EXERCÍCIO 2011	2010
SOBRA LÍQUIDA AJUSTADA DO PERÍODO	965.369,16	258.279,69	4.751,99
- Sobra do Exercício	877.745,90	1.714.531,26	2.705.147,23
- Distribuição de Sobras do exercício Anterior	-	(1.636.085,60)	(2.859.962,28)
- Depreciações e Amortizações	87.623,26	179.834,03	159.567,04
VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(2.020.961,71)	8.457.417,60	26.876.734,51
- Aumento de Operações de Crédito	(11.594.676,68)	(13.612.340,59)	(2.087.000,21)
- Aumento/Diminuição de Outros Créditos	(892.444,32)	(1.040.369,23)	215.981,66
- Aumento/Diminuição de Outros Valores e Bens	59.047,78	12.804,38	(24.173,82)
- Aumento dos Depósitos	10.188.941,55	24.320.918,83	27.329.402,86
- Aumento das Outras Obrigações	218.169,96	(1.223.595,79)	1.442.524,02
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(168.261,39)	(595.648,26)	(438.964,71)
- Aquisição de Imobilizado de Uso/Diferido/Intangível	(196.177,27)	(642.511,47)	(475.704,78)
- Baixa de Imobilizado de Uso/Diferido/Intangível	27.915,88	46.863,21	36.740,07
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(519.246,07)	(519.246,07)	(814.174,25)
- Aplicações no FATES	(519.246,07)	(519.246,07)	(814.174,25)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.736.942,74	5.302.860,15	3.995.820,88
- Aumento de Capital Social	2.735.790,79	5.299.881,01	3.961.355,74
- Amortização Rateio Perdas	1.151,95	2.979,14	34.465,14
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO CAIXA E EQUIVALENTES	993.842,73	12.903.663,11	29.624.168,42
Caixa e Equivalentes no Início do Período	135.059.823,78	123.150.003,40	93.525.834,98
Caixa e Equivalentes no Final do Período	136.053.666,51	136.053.666,51	123.150.003,40
Aumento/Diminuição Líquido de caixa e equivalentes	993.842,73	12.903.663,11	29.624.168,42

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2011

José Nivaldo Goes
Diretor Responsável pela Área Contábil

Rosângela Maria Blanco da Silva
Contador CRC/RJ 38551/O-6
CPF: 347.899.107-25

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em R\$)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e Das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. – CECREMEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não-bancária, fundada em 17 de março de 1961, filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado do Rio de Janeiro Ltda. – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/10, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A CECREMEF possui Postos de Atendimento Cooperativo – PAC nas seguintes localidades: Centro e Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro; Itaórna–Eletronuclear, em Angra dos Reis; e Vila Residencial de Mambucaba, em Paraty.

A CECREMEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 31 de dezembro de 2011 estavam associados à CECREMEF 9.609 cooperados. As operacionalizações das atividades da compensação de cheques são realizadas, mediante contrato de convênio, por intermédio do BANCOOB.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade (IFRS), algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: Resolução 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo (CPC 01), Resolução 3.604/2008 - Fluxo de Caixa (CPC 03), Resolução 3.750/2010 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05), Resolução 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) e Resolução 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

O Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), criado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.055/2005, emitiu, até o término deste exercício, 43 pronunciamentos. Entretanto, o Conselho Monetário Nacional elaborou normativos direcionados para cinco destes pronunciamentos: a Resolução 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo (CPC 01), Resolução 3.604/2008 - Fluxo de Caixa (CPC 03), Resolução 3.750/2010 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05), Resolução 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) e Resolução 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem (em R\$):

Descrição	2011	2010
Caixa e depósitos bancários	418.560,04	449.246,96
Relações Interfinanceiras de Liquidez	103.190.429,07	100.953.367,76
Títulos e Valores Mobiliários	32.444.677,04	21.747.388,68
Total	136.053.666,51	123.150.003,40

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 5 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros, outros ativos intangíveis (Direito de Uso) e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados tem alíquota zero.

o) Segregação em circulante e não-circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2011 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.



4. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários da Cecremef estavam assim compostas (em R\$):

Descrição	2011	2010
Títulos e Valores Mobiliários	32.444.677,04	21.747.388,68
Total	32.444.677,04	21.747.388,68

Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao Sistema Sicoob.

5. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (em R\$):

Nível / Percentual de Risco	Situação	Empréstimos/ Tít. Descontados	Financiamentos	Adto. Depos.	Ch. Especial Conta Garantida	Total em 2011	Provisões 2011	Total em 2010	Provisões 2010
AA	Normal	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50% Normal	53.837.781,09	4.311.541,57	30.888,80	1.286.638,15	59.466.849,61	297.334,25	47.323.659,72	236.618,30
B	1% Normal	14.154.814,63	217.160,46	1.321,19	147.785,61	14.521.081,89	145.210,82	4.122.944,22	41.229,44
B	1% Vencidas	11.702,33	-	2.692,18	-	14.394,51	143,95	17.453,75	174,54
C	3% Normal	5.759.303,53	108.083,82	-	-	5.867.387,35	176.022,22	14.513.687,66	435.411,23
C	3% Vencidas	124.049,64	-	1.299,47	134.099,65	259.448,76	7.783,46	448.597,43	13.457,92
D	10% Normal	104.658,12	35.878,31	21,71	991,49	141.549,63	14.154,96	271.499,02	27.149,90
D	10% Vencidas	173.822,59	-	106,48	-	173.929,07	17.392,91	92.806,36	9.280,64
E	30% Normal	54.073,15	-	-	23,97	54.097,12	16.229,14	167.947,25	50.384,18
E	30% Vencidas	67.514,92	-	-	-	67.514,92	20.254,48	82.326,42	24.697,93
F	50% Normal	30.435,09	-	-	-	30.435,09	15.217,55	87.500,49	43.750,25
F	50% Vencidas	27.573,66	-	-	-	27.573,66	13.786,83	39.215,77	19.607,89
G	70% Normal	22.614,01	-	-	-	22.614,01	15.829,81	59.530,21	41.671,15
G	70% Vencidas	31.104,54	-	-	-	31.104,54	21.773,18	69.237,04	48.465,93
H	100% Normal	25.518,53	-	-	-	25.518,53	25.518,53	115.478,82	115.478,82
H	100% Vencidas	102.148,53	-	2.562,72	-	104.711,25	104.710,61	154.227,10	154.227,10
Total Normal		73.989.198,15	4.672.664,16	32.231,70	1.435.439,22	80.129.533,23	705.517,28	66.662.247,39	991.693,27
Total Vencido		537.916,21	-	6.660,85	134.099,65	678.676,71	185.845,42	903.863,87	269.911,95
Total Geral		74.527.114,36	4.672.664,16	38.892,55	1.569.538,87	80.808.209,94	891.362,70	67.566.111,26	1.261.605,22

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

Em cumprimento às orientações do Banco Central do Brasil, no primeiro semestre de 2011 o Sistema Sicoob concluiu o cronograma de implantação da exigência contida no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682, que estabelece que a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vencidas (dias). Em R\$:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	9.946.397,77	14.497.409,56	49.950.764,55	74.394.571,88
Financiamentos	257.161,16	705.369,57	3.710.133,43	4.672.664,16
Títulos Descontados	107.685,30	24.857,18	-	132.542,48
Total	10.311.244,23	15.227.636,31	53.660.897,98	79.199.778,52

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito (em R\$):

Descrição	2011	2010
Saldo Inicial	1.261.604,61	1.669.027,14
Constituições/Reversões no Exercício	(370.241,91)	(407.422,53)
Total	891.362,70	1.261.604,61

d) Concentração dos Principais Devedores (em R\$):

Descrição	2011	% Total	2010	% Total
Maior Devedor	157.568,75	0,19%	111.619,34	0,16%
10 Maiores Devedores	1.241.262,45	1,52%	819.753,76	1,20%
50 Maiores Devedores	4.420.314,45	5,41%	3.206.092,70	4,52%

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados (em R\$):

Descrição	2011	2010
Saldo Inicial	1.921.957,45	1.870.809,58
Valor das operações transferidas no período	597.844,13	410.701,60
Valor das operações recuperadas no período	(569.100,75)	(359.553,73)
Total	1.950.700,83	1.921.957,45

6. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado (em R\$):

Descrição	2011	2010
Rendas a Receber (a)	2.667,17	1.087,18
Devedores por Depósito e Garantia (b)	78.844,85	78.844,85
Títulos e Créditos a Receber (c)	825,50	1.170,00
Devedores Diversos (d)	172.781,70	31.252,53
Diversos (e)	1.046.256,02	148.651,45
Total	1.301.375,24	261.006,01

- Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre rendas a receber da previdência social – INSS (R\$ 1.375,88) e outras (R\$ 1.291,29);
- Em Devedores por Depósito em Garantia está registrado depósito recursal do processo da Previdência Social discriminado na nota 13- item a;
- Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas;
- Em Devedores Diversos estão registrados as pendências a regularizar da folha das empresas (fundo social e UNIMED) com as regularizações feitas em 2012;
- Em Diversos estão registrados os adiantamentos fornecidos aos representantes das áreas regionais relativos a verba de Natal e a diversos passeios a receber dos associados com as respectivas prestações de contas em 2012 (R\$ 514.806,02) e o adiantamento de imobilização referente a aquisição da sala 701 na Rua Real Grandeza, 139, no mesmo local da nossa sede, conforme a realização da Assembléia Geral Extraordinária no dia 18/01/2012 (R\$ 531.450,00).

7. Outros Valores e Bens

Em Outros Valores e Bens está registrado o valor de R\$ 35.445,04, referente o Material em Estoque (R\$ 8.832,50), não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Registram-se ainda no grupo, as Despesas Antecipadas, no montante de R\$ 26.612,54, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista, contribuição sindical patronal, IPTU e despesa pessoal.

8. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital efetuadas ao Sicoob Central Rio com início em 31/05/2011, dando início das operações em 01/12/2011, conforme demonstrado (em R\$):

Descrição	2011	2010
Sicoob Central Rio	333.333,00	-
Total	333.333,00	-

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo (em R\$):

Imobilizado de Uso - Descrição	Taxa de Depreciação	2011	2010
Terrenos	-	282.000,00	282.000,00
Edificações	4%	8,09	8,09
Edificações Reavaliações	2,5%	657.991,91	657.991,91
Móveis e Equipamentos	10%	381.267,76	374.898,97
Instalações	10%	324.664,44	222.107,36
Sistema de Processamento de Dados	20%	634.165,30	548.582,05
Sistemas de Comunicação	10%	8.091,83	8.091,83
Sistema de Segurança	10%	47.369,04	47.753,33
TOTAL		2.335.558,37	2.141.433,54
Depreciação acumulada		(809.626,72)	(724.170,81)
TOTAL		1.525.931,65	1.417.262,73

10. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, pelos custos de aquisição respectivamente (em R\$):

Diferido - Descrição	Taxa de Depreciação	2011	2010
Gastos de Organização e Expansão	10%	485.481,07	485.481,07
Amortização acumulada		(328.917,66)	(287.921,56)
TOTAL		156.563,41	197.559,51

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares e Direito de Uso (em R\$).

Intangível - Descrição	Taxa de Depreciação	2011	2010
Outros Intangíveis	20%	674.816,91	606.626,48
Amortização acumulada		(501.679,99)	(448.297,97)
TOTAL		173.136,92	158.328,51

12. Depósitos

Os Depósitos à Vista não são remunerados. Os Depósitos A Prazo recebem encargos financeiros contratados. (Em R\$)

Descrição	2011	2010
Depósito à Vista	5.580.816,26	4.441.399,87
Depósito Sob Aviso	57.270.412,04	61.470.175,07
Depósito a Prazo	114.452.178,00	87.059.956,92
Outros Depósitos	-	10.955,61
TOTAL	177.303.406,30	152.982.487,47

Os depósitos, até o limite de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Sicoob - FGS, o qual é uma Reserva Financeira constituído pelas Cooperativas do Sistema Sicoob regido por regulamento próprio.

13. Outras Obrigações

a) Sociais e Estatutárias em R\$

Descrição	2011	2010
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	524.002,80	1.145.467,17
Cotas de Capital a Pagar	415.897,02	230.327,84
Outras Obrigações	283,06	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	1.253.916,30
Total	940.182,88	2.629.711,31

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 30% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

O valor registrado em Outras Obrigações, refere-se a regularização de resíduo de sobras.

b) Diversas em R\$

Descrição	2011	2010
Cheques administrativos (a)	20.000,00	214.818,52
Despesas de Pessoal	491.673,77	381.574,07
Outras Despesas Administrativas (b)	31.416,67	54.968,97
Credores Diversos - País (c)	1.276.545,65	1.048.979,16
Cheques Descontados (d)	3.000,00	6.963,70
Fornecedores (e)	32.910,50	-
Total	1.855.546,59	1.707.304,42

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2011;

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas administrativas com aluguéis, serviços de consultorias, serviços de manutenção, processamento de dados, transporte, seguranças, seguro e outros;

(c) Refere-se a provisão de desconto em folha dos cooperados (R\$ 1.034.579,81), cobranças a regularizar (R\$ 7.188,60), créditos de ex-associados (R\$ 152.338,91), regularizações a realizar da conta convênio com o Bancoob e outros bancos privados (R\$ 77.847,77);

(d) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2011;

(e) Refere-se a provisão Fornecedores a pagar;

c) Provisões para Riscos Tributários e Trabalhistas, em R\$

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões em R\$:

Descrição	2011	2010
INSS (a)	224.316,73	200.972,17
PIS (b)	185.484,02	185.484,02
COFINS (b)	1.091.347,35	1.091.347,35
Total	1.501.148,10	1.477.803,54

a) INSS - a cooperativa entrou com ação judicial e está sendo atualizado monetariamente com base na Selic;

b) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial na SRF questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004.

14. Instrumentos financeiros

A CECREMEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras de liquidez, Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito, Depósitos a Vista e a Prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Realizada em 28 de março de 2011 a Assembleia Geral Ordinária, do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com a sobra de R\$ 1.636.085,60. Os cooperados deliberaram as proporcionalidades apuradas das operações realizadas pelos associados, com a proposta de 60,59% sobre juros pagos, 16,51% sobre o saldo médio das aplicações financeiras e 22,90% sobre o saldo médio dos depósitos à vista.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o Estatuto Social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação (em R\$):

Descrição	2011	2010
Sobras líquidas do exercício	3.116.963,51	3.959.063,53
Sobras líquidas decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	48,26	(162,60)
Realização da Reserva de Reavaliação	16.449,84	16.449,84
Juros ao Capital	(1.402.432,25)	(1.253.916,30)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	1.730.981,10	2.721.434,47
Destinações estatutárias	(692.392,44)	(1.085.348,87)
Reserva legal - 10%	(173.098,11)	(271.337,22)
Fundo de assist. técnica, educacional e social - 30%	(519.294,33)	(814.011,65)
Sobras à disposição da Assembléia Geral	1.038.588,66	1.636.085,60

A Reserva Legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição (em R\$):

Descrição	2011	2010
Receitas totais operacionais	32.082.636,61	26.895.635,43
Receitas de atos não-cooperativos	46.332,83	16.919,97
(-) Despesas totais operacionais	(30.394.027,64)	(23.915.425,45)
(-) Despesas de atos não-cooperativos	(44.348,37)	(15.658,77)
RESULTADO OPERACIONAL DE ATOS NÃO-COOPERATIVOS	1.984,46	1.261,20
(-) Despesa PIS e COFINS	(2.032,72)	(1.098,60)
RESULTADO DE ATOS NÃO-COOPERATIVOS	(48,26)	162,60

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital para remunerar o capital dos associados em 50% da taxa da Selic. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Carta Circular BACEN nº 2.739, artigo 3º.

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2011 (em R\$):

ATIVAS	% em relação à carteira total	Percentual em Relação à Carteira Geral Saldo em 30/12/2011	Valor da Operação	% em relação à carteira total
115.669,07	0,13%	Cheque Especial	22.500,00	0,38%
PASSIVAS	% em relação à carteira total	Títulos Descontados	-	-
359.826,21	0,21%	Empréstimos	93.169,07	0,12%
		Aplicação Financeira	359.826,21	0,21%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pela Diretoria Executiva
Cheque Especial	2,60% a 3,30%	2,60% a 3,30%
Títulos Descontados	1,79%	1,79%
Empréstimos	1,32% a 2,32%	1,79% a 2,32%
Aplicação Financeira	95% a 102% do CDI	95% a 102% do CDI

No exercício de 2011, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma (em R\$):

Benefícios Monetários Exercício de 2011	
Honorários	489.581,89

19. Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Rio de Janeiro Ltda. – Sicoob Central Rio

A CECREMEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Rio de Janeiro Ltda. – Sicoob Central Rio, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob Central Rio, data da constituição em 31/05/2011 com o início das operações em 01/12/2011 é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob Central Rio a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

20. Seguros Contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$10.842.138,77, em 31 de dezembro de 2011.

22. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica da CECREMEF, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis 10 processos, totalizando R\$ 204.016,49.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2011.

Francisco Carlos Bezerra da Silva
Presidente

José Nivaldo Goes
Diretor Financeiro

Marcos Machado de Almeida
Diretor Administrativo

Rosângela Maria Blanco da Silva
Contador – CRC/RJ nº: 38.551/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. – CECREMEF
Rio de Janeiro-RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA. – CECREMEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA. – CECREMEF é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA. – CECREMEF. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sem ressalva

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA. – CECREMEF em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro RJ, 14 de fevereiro de 2012

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/MG 6427 "S" RJ

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER
Contador Responsável
CR/MG 077699/O "S" RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda., após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados, e, à vista do parecer sem ressalvas da Bauer Auditores Associados de 14/02/2012, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012.

Selma Cristina Santiago Baptista, Carlos Roberto de Vasconcelos Gonçalves e Joaquim José Vieira dos Santos Costa (efetivos)
Antônio Sérgio Teixeira, Sandra Marques Ramos Cabral Mendes Alves e Helen Albuquerque Borges de Miranda (suplentes)

MOVIMENTAÇÃO DO FATES EM 2011 (em R\$)

(=) SALDO ACUMULADO 2010	1.145.467,17	ASSISTÊNCIA - ASSOCIADOS	2.000.543,47
		Despesas Sociais	20.487,56
		Fundo Social	86.128,18
(+) Recebimentos	1.558.321,24		
Contribuição Fundo Social	303.046,48	Programa Odontológico	57.172,63
Dos Resultados	519.294,33	Cursos Sociais	106.153,57
Reembolsos Diversos	9.609,10	Festa de 50 Anos	855.313,78
Programa Odontológico	206.039,39	Projeto Cultural Viva a Vida	36.000,00
Outras Contribuições	12.662,78	Curso Represent. Áreas Regionais	150.047,29
Reembolsos de Pessoal	2.650,12	Passeios e Eventos	636.632,26
Passeios e Festas	505.067,30	Convênio Colônia de Férias	44.950,00
Resultado Atos n/Cooperativos	(48,26)	Brindes Diversos	7.658,20
		ASSISTÊNCIA - EMPREGADO	131.164,43
(-) Pagamento - Aplicações	(2.179.785,61)	Programa Odontológico	33.076,48
Assistência - Associado	(2.000.543,47)	Auxílio Creche	23.000,00
Assistência - Empregado	(131.164,43)	Confraternizações - Funcionários	20.069,73
Despesa - Representação	(48.077,71)	Apoio Psicológico/Aux Funeral	28.480,26
		Desenvolvimento de Equipe	26.537,96
		DESPESA - REPRESENTAÇÃO	48.077,71
		Comunicação - Divulgação	47.572,10
		Eventuais(AGO)	505,61
(=) SALDO FINAL	524.002,80	TOTAL DAS APLICAÇÕES	2.179.785,61

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2011

José Nivaldo Goes
Diretor Responsável pela Área Contábil

Rosângela Maria Blanco da Silva
Contadora: CRC/RJ: 038551/O-6
CPF: 347.899.107-25

Balço Social Anual das Cooperativas / 2011

1 - Identificação						
Nome da cooperativa: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e Das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda.			Ramo de atividade: () agropecuário () consumo (x) crédito () educacional () especial () infra-estrutura () habitacional () mineral () produção () saúde () turismo e lazer () trabalho () transporte () outro _____			
CNPJ: 33.370.115/0001-27			Atuação da cooperativa: () local () regional () nacional / (x) urbana () rural			
Tempo de existência: 50 anos			Responsável pelo preenchimento: Rosângela Maria Blanco da Silva			
2 - Indicadores de Corpo Funcional						
	2011			2010		
	Cooperados(as)	Empregados(as)	Nº TOTAL	Cooperados(as)	Empregados(as)	Nº TOTAL
Nº de pessoas na cooperativa (em 31/12)	9.609	67	9.676	9.473	61	9.534
Nº de admissões durante o período	0	11	11	0	29	29
Nº de saídas e demissões durante o período	0	5	5	0	4	4
Nº de trabalhadores(as) terceirizados(as)		4			4	
Nº de pessoas com funções administrativas	0	60	60	0	54	54
Nº de pessoas não-alfabetizadas	0	0	0	0	0	0
Nº de mulheres que trabalham na cooperativa	0	32	32	0	27	27
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,0%	58,8%	58,8%	0,0%	64,0%	64,0%
Remuneração média das mulheres	R\$ 0,00	R\$ 3.117,21		R\$ 0,00	R\$ 3.105,48	
Remuneração média dos homens	R\$ 0,00	R\$ 3.338,78		R\$ 0,00	R\$ 2.915,77	
Nº de negros(as) que trabalham na cooperativa	0	19	19	0	17	17
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,0%	18,8%	18,8%	0,0%	21,0%	21,0%
Remuneração média dos(as) negros(as)	R\$ 0,00	R\$ 2.441,00		R\$ 0,00	R\$ 2.272,11	
Remuneração média dos(as) brancos(as)	R\$ 0,00	R\$ 3.546,44		R\$ 0,00	R\$ 3.280,87	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0	0	0	0	0	0
3 - Indicadores de organização e gestão						
	2011			2010		
Procedimento para integralização das quotas-partes	() pagamento à vista () desconto de débitos trabalhistas () desconto parcelado das retiradas () sem capital social (X) outro ESTATUTO_			() pagamento à vista () desconto de débitos trabalhistas () desconto parcelado das retiradas () sem capital social (X) outro ESTATUTO_		
Valor da maior remuneração repassada ao(à) cooperado(a)	R\$ 0,00			R\$ 0,00		
Valor da menor remuneração repassada ao(à) cooperado(a)	R\$ 0,00			R\$ 0,00		
Valor do maior salário pago ao(à) empregado(a)	R\$ 10.993,52			R\$ 10.135,07		
Valor do menor salário pago ao(à) empregado(a)	R\$ 648,65			R\$ 597,98		
Destino das sobras	() investimentos (X) rateio entre os(as) cooperados(as) () fundos () outro			() investimentos (X) rateio entre os(as) cooperados(as) () fundos () outro		
Fundos existentes	(X) fundo de reserva (X) fundo para educação-FATES () outro			(X) fundo de reserva (X) fundo para educação-FATES () outro		
Espaço de deliberação sobre o destino das sobras ou débitos	() conselho administrativo () conselho fiscal (X) assembléia () outro			() conselho administrativo () conselho fiscal (X) assembléia () outro		
Parâmetro utilizado para distribuição das sobras entre os(as) cooperados(as)	() proporcional às retiradas () em partes iguais () proporcional às quotas-partes (x) Lei 5.764/71			() proporcional às retiradas () em partes iguais () proporcional às quotas-partes (x) Lei 5.764/71		
Quantidade de assembleias realizadas	uma			uma		
Frequência média nas assembleias pelos(as) cooperados(as)	2,0%			2,0%		
Decisões submetidas à assembleia	() investimentos (X) destino das sobras ou perdas () pagamento de credores () novos produtos () admissão/afastamento de sócio () outro			() investimentos (X) destino das sobras ou perdas () pagamento de credores () novos produtos () admissão/afastamento de sócio () outro		
Outros órgãos sociais existentes na cooperativa	Conselho Fiscal			Conselho Fiscal		
Renovação dos cargos diretivos	(X) 1/3 () 2/3 () total () sem renovação			() 1/3 () 2/3 () total (X) sem renovação		
Frequência do(s) instrumento(s) de prestação de contas	() diário () semanal () quinzenal (X) mensal () outra			() diário () semanal () quinzenal (X) mensal () outra		
Critério principal para admissão de novos(as) cooperados(as)	() experiência () idade () conhecimento sobre cooperativismo () participação na comunidade () parentesco (X) outro (Conforme Estatuto - Art. 4o.)			() experiência () idade () conhecimento sobre cooperativismo () participação na comunidade () parentesco (X) outro (Conforme Estatuto - Art. 4o.)		
Critério principal para afastamento de cooperados(as)	() desempenho na função () cumprimento de horário () comportamento cooperativo (X) outro (Conforme Estatuto-Arts.11-.12 e 13)			() desempenho na função () cumprimento de horário () comportamento cooperativo (X) outro (Conforme Estatuto-Arts.11-.12 e 13)		
Espaços de representação do cooperativismo em que a cooperativa atua	(X) OCB () Anteag () ADS/CUT () Concrab/MST () outro			(X) OCB () Anteag () ADS/CUT () Concrab/MST () outro		
Número de cooperados(as) sindicalizados(as)	NC			NC		
A cooperativa apóia a organização de outros empreendimentos de tipo cooperativo	(X) sim, oferecendo assessoria (X) sim, emprestando recursos materiais e/ou humanos () não () outros apoios			(X) sim, oferecendo assessoria (X) sim, emprestando recursos materiais e/ou humanos () não () outros apoios		
Principais parceiras e apoios	() sindicato (X) ONGs (X) Sescoop/OCB () instituição religiosa () governo federal () estadual () municipal (X) outros Sicoob Central Rio			() sindicato (X) ONGs (X) Sescoop/OCB () instituição religiosa () governo federal () estadual () municipal () outros		
Principal fonte de crédito	Capital próprio e Investimento dos Cooperados			Capital próprio e Investimento dos Cooperados		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Existem medidas concretas em relação à saúde e segurança no ambiente de trabalho?	() não (X) sim, fornecendo equipamentos () sim, realizando campanhas, capacitações e fornecendo equipamentos () organização de comissões (X) outras			() não (X) sim, fornecendo equipamentos () sim, realizando campanhas, capacitações e fornecendo equipamentos () organização de comissões (X) outras		
A participação de cooperados(as) no planejamento da cooperativa:	() não ocorre (X) ocorre em nível de chefia () ocorre em todos os níveis			() não ocorre (X) ocorre em nível de chefia () ocorre em todos os níveis		
A cooperativa costuma ouvir os(as) cooperados(as) para solução de problemas e/ou na hora de buscar soluções?	() não (X) sim, sem data definida () sim, periodicamente com data definida			() não (X) sim, sem data definida () sim, periodicamente com data definida		

4 - Indicadores econômicos (em R\$)	2011		2010	
Faturamento bruto	31.753.488,29		26.388.789,92	
Receitas sobre aplicações financeiras em 31/12	14.968.678,70		10.864.222,06	
Total das dívidas em 31/12	182.146.774,56		159.049.451,40	
Patrimônio da cooperativa	2.188.964,98		1.773.150,75	
Patrimônio de terceiros	210.570.787,68		180.949.987,80	
Impostos e contribuições	609.451,21		252.144,78	
Remuneração dos(as) cooperados(as) - não inclui benefícios	0,00		0,00	
Folha de pagamento/salários e encargos	5.629.716,96		4.885.511,64	
Valor da quota-parte	3.462,11		2.952,34	
Sobras ou perdas do exercício	2.424.571,07		2.873.714,66	
Fundos	2.696.124,95		4.395.428,37	
5 - Indicadores sociais internos (benefícios para cooperados(as) e empregados(as) - em R\$)	2011		2010	
	Cooperados(as)	Empregados(as)	Cooperados(as)	Empregados(as)
Alimentação	0,00	664.626,25	0,00	479.466,62
Saúde	0,00	482.208,35	0,00	376.019,05
Segurança no trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em cultura e/ou lazer	225.925,85	3.266,69	375.733,74	17.114,73
	nº de beneficiários(as): 2.109	nº de beneficiários(as): 58	nº de beneficiários(as): 4.144	nº de beneficiários(as): 61
Educação/alfabetização, ensino fundamental, médio ou superior	0	29.380,65	0	37.591,67
	nº de beneficiários(as):	nº de beneficiários(as): 14	nº de beneficiários(as):	nº de beneficiários(as): 08
Capacitação profissional	150.847,29	84.524,08	113.496,40	66.924,42
	nº de beneficiários(as): 43	nº de beneficiários(as): 60	nº de beneficiários(as): 46	nº de beneficiários(as): 60
Capacitação em gestão cooperativa	0	0	0	17.358,55
	nº de beneficiários(as):	nº de beneficiários(as):	nº de beneficiários(as):	nº de beneficiários(as): 05
Creche ou auxílio-creche	0,00	23.000,00	0,00	17.032,67
Ações ambientais relativas à produção/operação	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Privada	0,00	279.138,28	0,00	33.176,44
6 - Indicadores sociais externos (investimentos na comunidade - em R\$)	2010		2009	
Compras de outras cooperativas	0,00		0,00	
Vendas para outras cooperativas	0,00		0,00	
Venda de bens e/ou serviços terceirizados	0,00		0,00	
Investimentos em programas e/ou projetos ambientais externos	0,00		72.981,83	
Investimentos em cultura e lazer	0,00		0,00	
	nº de pessoas beneficiadas _____		nº de pessoas beneficiadas _____	
	nº de entidades beneficiadas _____		nº de entidades beneficiadas _____	
Investimentos em educação/alfabetização para a comunidade	0,00		0,00	
	nº de pessoas beneficiadas _____		nº de pessoas beneficiadas _____	
	nº de entidades beneficiadas _____		nº de entidades beneficiadas _____	
Gastos com ações sociais/doações (financeiras, produtos e/ou serviços)/ajudas humanitárias	36.000,00		30.000,00	
	nº de pessoas beneficiadas 2.020		nº de pessoas beneficiadas 1.026	
	nº de entidades beneficiadas 01		nº de entidades beneficiadas 01	
Outros	0,00		0,00	
Total dos investimentos sociais externos	36.000,00		102.981,83	
7 - Outras informações				

1 - A CECREMEF possui um consultório odontológico para atender aos seus cooperados, funcionários, terceirizados e seus dependentes, para fornecer os tratamentos necessários com baixo custo. 2 - No exercício de 2011 foi remunerado o capital dos cooperados em 50% da Selic a.a. no valor total de R\$ 1.402.432,25. 3 - A CECREMEF investiu o valor R\$ 124.069,29 em um plano de previdência privada para seus funcionários com adesão de 76% do quadro de pessoal.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2011

José Nivaldo Goes
Diretor Responsável pela Área Contábil

Rosângela Maria Blanco da Silva
Contadora: CRC/RJ: 038551/O-6
CPF: 347.899.107-25